

BELIZA STASINSKI LOPES

**SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: O QUE ENSINAMOS SOBRE
GÊNERO**

Artigo apresentado como requisito parcial
para aprovação no Curso de Especialização
em Sociologia no Ensino Médio da
Universidade Federal de Santa Maria.

Orientador: Sergio Nicolau Engeroff

SANTA MARIA

2016

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: O QUE ENSINAMOS SOBRE GÊNERO

Beliza Stasinski Lopes¹

Resumo: A presente pesquisa resulta de uma reflexão e elaboração sobre a vivência de como tem sido inserir a questão de gênero como conteúdo didático no currículo do ensino médio, na disciplina de sociologia, com a utilização da definição de gênero de Joan Scott e dos estudos de Engels sobre a origem da família. O estudo visa contribuir para o ensino de gênero na escola. Pode-se constatar que o processo de aprendizagem sobre desigualdade de gênero contribui determinadamente para a desmistificação e superação dessa desigualdade.

Palavras-chave: Gênero. Ensino/aprendizagem. Currículo. Desigualdade.

Sociology in average education: what we teach about gender

Abstract: This research is the result of reflection and preparation for the experience of it has been put gender as educational content in the high school curriculum, sociology discipline, with the use of the Joan Scott gender definition and Engels studies about the family's origin. The stud aims to contribute to the gender education in school. It can be seen that the process of learning about gender inequality contributed decisively to demystify and overcome this inequality.

Keywords: Gender. Teaching/learning. Curriculum. Inequality.

Introdução

O texto que é apresentado discute o ensino/aprendizagem da categoria “gênero” nas aulas de sociologia no Ensino Médio. Em 2008 aprova-se a obrigatoriedade de sociologia no ensino médio, desde então, profissionais da área, organizam seus currículos, preocupando-se com o que ensinar, e como ensinar. A discussão de gênero surge como um tema fundamental. Ela vem sendo pautada com mais ênfase nas ciências sociais nos últimos trinta anos. Por isso cabe averiguar os principais tópicos do debate para sala de aula, e como os alunos/as têm reagido a eles.

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS em 2012. Professora do ensino médio no Instituto Estadual Gomerinda Dornelles Fontoura. E-mail: beliza6@yahoo.com.br

Trata-se de estudo de caso, e descreve a experiência com o estudo desta categoria em turmas do ensino médio em uma escola pública no estado do Rio Grande do Sul. A investigação de tópicos de debate possibilita sistematizar de que forma esse tema tem sido abordado e inserido por professores (as) na sua *démarche* didática, o posicionamento dos alunos (as) sobre essa desigualdade específica é um assunto a ser melhor explorado em outro estudo.

Por isso interessa-nos a proposta de elaboração do currículo escolar para a disciplina. Qual a escolha adotada pelo professor (a) na sua construção: se temos uma abordagem do conteúdo através de temas, de escolas de pensamento, ou de teóricos. Aqui vamos pressupor que esta construção será realizada através de temas. Em que o tema gênero, seja mais um desses temas. Independente da escolha do professor (a) é importante garantir que este debate esteja distribuído nos três anos do ensino médio. E que em cada um desses anos seja possível, abordar algum aspecto da temática.

Portanto, em nossa proposta de currículo, a temática “gênero” estará presente nos três anos do ensino médio: no primeiro ano, a partir da teoria da família, cujo principal teórico é Engels; no segundo ano estudada como temática geradora, incluindo o debate sobre sexo biológico e identidade sexual, que tem como referência a historiadora Joan Scott que utiliza o conceito de identidade relacional, e no terceiro ano estudada através das teorias dos movimentos sociais, onde é abordado a atividade política das mulheres, particularmente, no movimento feminista, o qual tem início na década de 1960 e prolonga-se até os dias atuais.

O método de trabalho para estudo em sala de aula são recursos didáticos, como aulas expositivas, debates, exposição de ideias, apresentações e elaboração de textos. É importante delimitar temporalmente este estudo que se refere a experiência de dois anos de ensino/aprendizagem na disciplina de sociologia, localizada entre 2014 e 2015. Calcada na percepção da interação aluno (a) professor (a) no ambiente da sala de aula.

1 Gênero e a origem da família

O assunto pode ser inicialmente abordado através da reflexão sobre a origem da família, que tem um viés histórico, e possibilita entendê-la enquanto uma instituição social que perpassou e perpassa muitas sociedades e civilizações, pois entender a origem da família monogâmica patriarcal é fundamental e indispensável para

compreender a origem da desigualdade de gênero. Para os principais pensadores da área, como por exemplo, Engels (1980) a origem dessa desigualdade está ligada a origem do patriarcado.

A família patriarcal estrutura-se a partir de algumas leis ou convenções sociais que são seus alicerces, como por exemplo, a propriedade privada, que é uma lei econômica e a inferioridade da mulher, uma lei cultural. Sobre essa segunda lei, Collins apud Engels (2009) chegou a afirmar que houve um estágio universal de um comunismo sexual, ou matriarcado. Foi uma sociedade de sistema matrilinear, em que a mulher obtinha sua importância pelo lugar de destaque na reprodução da sociedade.

Segundo Collins (2009) a família patriarcal dos estados antigos e também dos estados medievais realmente foram os que tiveram o tipo de dominação masculina mais forte que já existiu, e o status da mulher de fato pareceu declinar no momento da transição das sociedades tribais para as sociedades com estratificação de classe.

Para Engels (1884) a emergência do capitalismo trouxe uma liberdade meramente formal para as mulheres, elas passaram a ser livres para escolher o seu casamento, no entanto elas tinham que fazer isso em um “mercado de casamentos”, na qual não possuíam nenhuma propriedade sua. Nesse mercado, na qual se incluem o casamento e o namoro, elas ofereciam em troca seus serviços domésticos e a subordinação sexual em troca de um contrato em que o homem irá sustentá-la.

É importante dizer que Engels (1980) contribuiu para uma teoria geral sobre a família, ou para uma teoria da estratificação sexual, que veio a se desenvolver mais frutiferamente nos últimos 20 anos. Segundo Collins (2009) as ideias de Engels foram a base no qual se desenvolveram uma das linhas explicativas sobre a opressão das mulheres. Como, por exemplo, a assertiva sobre a base econômica da família, de que o trabalho doméstico realizado pelas mulheres é parte da estrutura de classe capitalista.

No entanto, trabalhar essa questão didaticamente requer a análise sobre a teoria das classes sociais de Karl Marx (1848), tendo em vista que a teoria de opressão de gênero e a teoria de classes sociais estão na teoria de Engels (1884) imbricadas. Não é possível explicar a opressão de gênero sem entender a sociedade de classes e a origem do patriarcado.

É importante lembrar que nesta etapa estamos introduzindo uma concepção que está calcada no marxismo, que traz a instituição social, família, como centro da questão. E ela é nossa porta de entrada para chegar a reflexão de desigualdade de gênero.

Enquanto objeto de reflexão sociológica podemos utilizar a família, como centro de uma análise que parte dos pensadores clássicos e seus conceitos fundamentais com a desigualdade de gênero, auferindo como cada um trata a questão, está era uma questão colocada pela própria teoria de classes, e qual uso explicativo podemos fazer de suas teorias.

Com isso estaremos cumprindo o objetivo de pensar como ocorre historicamente a origem da família monogâmica patriarcal e relacionar isso a origem das desigualdades entre sexos no interior dessa instituição. Para atualizar o debate propõe-se trazer as formas de famílias existentes atualmente na sociedade, e confrontar com o passado, propondo também uma reflexão sobre as relações de gênero no interior dessa família, ou dessas famílias.

Outra abordagem, que pode ser bem proveitosa para os alunos do 1º ano, consiste em visualizar os efeitos da opressão e, que estão manifestos na violência doméstica e sexual, danos a saúde reprodutiva da mulher, o aborto e a desigualdade econômica com o corte de gênero. Esses assuntos estão presentes na mídia cotidianamente, e são problemas sociais facilmente identificados. Essa é uma abordagem fenomênica e sua discussão pode ser utilizada para sensibilizar os alunos (as) para o problema que está colocado na sociedade.

2 Gênero enquanto tema gerador

Essa metodologia foi abordada para os alunos (as) do segundo ano. Nela estão contidas as relações de gênero enquanto tema gerador, no início do processo de ensino/aprendizagem realizou-se uma exposição do tema com o intuito de observar quais as discussões relacionadas ao assunto que mais sensibilizam os alunos (as). Esta estratégia possibilita saber como começar a abordagem, quais os consensos e as divergências existentes no grupo sobre o tema e verificar o grau de consciência de cada um (a). Por isso, enquanto instrumento didático, serão abordados alguns problemas sociais que atingem especificamente as mulheres, aqueles que tradicionalmente, mais preocupam e geram discussão entre organizações sociais e que podem contribuir para que os alunos (as) em um primeiro momento constatem aspectos da opressão de gênero, e essa forma de desigualdade existente na sociedade.

Essa desigualdade manifesta-se através de fenômenos observáveis através um olhar criterioso da realidade, subsidiado por informações de caráter sociológico. Esses fenômenos

são amplamente discutidos pelos movimentos de mulheres, feministas e na maioria das vezes requerem a intervenção do Estado, através de políticas públicas específicas. Vamos a eles:

Violência Doméstica: Essa é a forma de violência mais comum conhecida pelas mulheres, às pesquisas revelam que a cada 4 minutos uma mulher é agredida no Brasil. Na maioria das vezes a violência ocorre dentro da sua própria casa, através da agressão do namorado, marido ou conjugue ou de parentes, como filhos, tios, irmãos. A lei Maria da Penha aprovada 7 de agosto de 2006, serve como uma ferramenta de proteção, a justiça deve ser acionada para que o agressor seja intimidado, e tomar as providências cabíveis como o afastamento do agressor da vítima, e a possível proteção no caso de reincidência. Alguns casos são mais complicados e a mulher não consegue se libertar do caso de agressão. Um exemplo é o difícil acesso à justiça e órgãos responsáveis, em 2013 havia cerca de 500 delegacias da mulher espalhados pelo Brasil, esse número ainda é pequeno para atender todas as mulheres que necessitam do serviço. O Instituto Patrícia Galvão em 2013 realizou uma pesquisa para avaliar a confiança das mulheres agredidas nos serviços de proteção e percebeu que esse era baixo, pois grande parte dos agressores permaneciam impunes. Isso tem dificultado a confiança das mulheres em procurar proteção legal.

Violência Sexual: Esta forma de violência assim como outras é considerada uma violação dos direitos humanos, a incidência dela sobre as mulheres é imensa, e as consequências como a agressão física e psicológica é na maioria das vezes devastadora, chegando a ser irreparável. Este problema social vem sendo considerado cada vez mais um caso de saúde pública. É considerado também como uma das expressões mais antigas e amargas de violência de gênero. O estupro consiste em uma dessas formas, talvez a mais grave de agressão. Assédio sexual, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. Ressalta-se que esse tipo de agressão atinge mulheres de todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas e idades. Ocorre em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, em espaços públicos e privados, e em qualquer etapa da vida da mulher (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995, p. 218). Calcula-se que apenas 16% dos estupros são comunicados às autoridades competentes nos EUA. Em casos de incesto, estes percentuais não atingem os 5% (NVCCVRTC, 1992, p.287). Estima-se que a violência sexual atinge cerca de 12 milhões de pessoas, a cada ano, em todo o mundo. Calcula-se que a cada 6 minutos ocorre um caso de violência sexual em todo o mundo. E que a cada 4 mulheres uma já experimentou um contato sexual não consentido na infância ou na adolescência.

Desigualdade econômica: Esse seja talvez um dos temas mais centrais para entender como acontece a opressão das mulheres na sociedade contemporânea. E está

diretamente relacionado com a forma de opressão específica no modo de produção capitalista. Essa exploração é expressa na dupla jornada de trabalho da mulher, na precarização do trabalho feminino, no trabalho doméstico. Segundo dados do PNAD, IBGE (2010), publicados em setembro, nos relata que as mulheres representam cerca de 46% do mercado de trabalho, é a maioria dos empregados na informalidade, representam mais da metade 53% daqueles que ganham até um salário-mínimo e estão entre os mais pobres, representando 70% das estatísticas. Às mulheres são impostas socialmente como de sua responsabilidade todas as tarefas do lar e o cuidado com crianças e idosos. Por isso, desde a infância lhes é ensinado a responsabilidade para com essas tarefas, como o serviço doméstico. As “brincadeiras de crianças” tem sido muito eficiente na apreensão e incorporação desses valores.

Na fase adulta isso irá representar um acúmulo de tarefas, á medida que a mulher trabalha de forma assalariada e ainda assim, deve cuidar da casa e das crianças, para isso se deu o nome de dupla jornada de trabalho. Uma forma de superexploração do trabalho feminino, que é pago exclusivamente pelas mulheres da classe trabalhadora, que não dispõem de empregados/as domésticos/as.

Aborto: De 1993 a 1998 foram atendidos pelo SUS 50 mil casos de aborto clandestino, infecções em decorrência de abortamentos. O aborto não consiste somente em problema social, ele é um caso de saúde pública que atinge principalmente as mulheres pobres, por não terem acesso a um serviço adequado. Segundo nossa legislação ele é considerado um crime, portanto, só é realizado clandestinamente. Existem na sociedade diferentes posições sobre a realização dessa prática. É interessante destacar que posições e visões religiosas têm influenciado demasiadamente neste debate. Segundo o médico Dráuzio Varela, essas posições podem ser resumidas da seguinte forma,

Há os que são contra a interrupção da gravidez em qualquer fase, porque imaginam que a alma se instale no momento em que o espermatozoide penetrou no óvulo. Segundo eles, a partir desse estágio microscópico, o produto conceptual deve ser sagrado. Interromper seu desenvolvimento aos dez dias da concepção constituiria crime tão grave quanto tirar a vida de alguém aos 30 anos depois do nascimento. Para os que pensam assim, a mulher grávida é responsável pelo estado em que se encontra e deve arcar com as consequências de trazer o filho ao mundo, não importa em que circunstâncias.

No segundo grupo, predomina o raciocínio biológico segundo o qual o feto, até a 12ª semana de gestação, é portador de um sistema nervoso tão primitivo que não existe possibilidade de apresentar o mínimo resquício de atividade mental ou consciência. Para eles, abortamentos praticados até os três meses de gravidez deveriam ser autorizados, pela mesma razão que as leis permitem a retirada do coração de um doador acidentado cujo cérebro se tornou incapaz de recuperar a consciência.

Finalmente, o terceiro grupo atribui à fragilidade da condição humana e à habilidade da natureza em esconder das mulheres o momento da ovulação, a necessidade de adotar uma atitude pragmática: se os abortamentos acontecerão de qualquer maneira, proibidos ou não, melhor que sejam realizados por médicos, bem no início da gravidez.

Conciliar posições díspares como essas é tarefa impossível. A simples menção do assunto provoca reações tão emocionais quanto imobilizantes. Então, alheios à tragédia das mulheres que morrem no campo e nas periferias das cidades brasileiras, optamos por deixar tudo como está. E não se fala mais no assunto (Varela, 2013).

Além de fazer um levantamento dos problemas sociais causados pela desigualdade de gênero, enquanto estratégia de abordar o assunto de forma fenomênica é importante propor uma reflexão em torno do conceito gênero, para entender a forma como a ciência tem lidado com o assunto.

Ponto parte da discussão que origina o termo “gênero” como categoria de análise para embasar a reflexão que será realizada em sala de aula, essa discussão constitui o eixo temático que norteará a discussão sobre o assunto.

A utilização mais recente do termo “gênero” surge, segundo Scott (1995), com as feministas americanas que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseado no sexo.

A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico, implícito no uso dos termos como sexo e diferença sexual. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre as mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma “noção” relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo essa visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (Scott, 1995, p. 72.).

Essa categoria para o estudo das ciências sociais não acrescenta somente novos temas analíticos e pedagógicos, mas passa por um exame crítico de critérios dos trabalhos científicos elaborados e submetidos a comunidade científica. Aqui estamos falando da reivindicação de espaço de um contingente de oprimidos da história e conseqüentemente dos espaços de produção e reprodução do conhecimento, inaugura-se uma ciência social comprometida com a inclusão do discurso do oprimido. Assim como as mulheres os negros, e a chamada classe trabalhadora. Esses se constituem em três categorias de análise fundamentais nas ciências humanas contemporâneas: classe, gênero e raça.

Estes conhecimentos por meio da difusão dos profissionais atuantes nas diversas áreas de conhecimento são transmitidos didaticamente até fazerem parte dos currículos escolares, a sociologia pode cumprir uma tarefa fundamental na transmissão desses temas, ocupando seu espaço no ensino/aprendizagem do ensino médio trazendo para a sala de aula uma análise da sociedade ancorada nestes conceitos.

Para fazer uma experiência real de ensino/aprendizagem de sociologia e, em particular da categoria gênero, é importante dizer que no currículo de sociologia que é fundamental trazer essa origem quando estamos utilizando a categoria enquanto tema gerador, refletindo sobre a alteração no próprio mundo científico.

Ela tem servido enquanto pressuposto teórico de historiadores (as), e cientistas que fazem parte do processo de elaboração da teoria que vai chegar até nos, educadores da educação básica, em forma de livros didáticos.

O campo de disputa de produção da teoria sobre gênero é frequentado por diversos atores, homens e mulheres cientistas que estão referenciados em diferentes campos teóricos do conhecimento científico, destaca-se nesse processo, o protagonismo das feministas, que não são apenas mulheres produzindo ciência, mas mulheres produzindo sua história, relegada historicamente ao esquecimento. Isso foi possível através da histórica dominação masculina. Em que denunciam, sobretudo, o peso da dominação masculina posta sobre a produção da ciência e da história. Deste ponto de vista, é necessário reescrever essa história sobre a ótica do oprimido.

Reescrever essa história contada até hoje pelo ponto de vista do opressor requer uma nova pedagogia. Que deve estar presente nas salas de aula. Aqui cabe a palavra contra hegemonia, porque combater o ponto de vista do opressor, quer dizer combater uma ideologia que é hegemônica, que padroniza o comportamento e que é reproduzida a partir das instituições sociais e da cultura.

A historiadora Joan Scott (1995), trabalha com a noção de desconstrução da dicotomia homem/mulher, porque um se constitui em relação ao outro, um não pode ser pensado sem o outro, assim como muitos outros esquemas, esse é um esquema binário. Historicamente a mulher se constitui em relação ao homem na diferença, a noção de homem contempla a mulher. Pode-se perceber uma relação implícita de poder e sobreposição de um sobre o outro.

A construção da identidade do homem e da mulher acontece através de um sistema de oposições binárias, essas diferenças não são determinadas diretamente pela

diferença biológica, ou sexual. Mesmo que o principal argumento para essas diferenças existirem tenha sido até hoje sexual.

É importante notar que, como lembram vários estudiosos, o propósito de desconstrução não reverter as oposições binárias (não se trata de colocar como polo primeiro a mulher, fazendo do homem, o outro), mas sim é problematizar a própria oposição binária, colocando em questão tanto a noção de oposição quanto a noção de identidade que nela estão contidas. Por outro lado, é interessante pensar que não há uma fórmula para realizar essa operação. (Scott, 1995, p. 116)

Na construção da identidade de gênero colaboram um conjunto de mitologias que tentam explicar a origem do ser humano na terra. Essas histórias nada mais são que manifestações intelectuais de um determinado grupo social carregadas de ideologia disputando o imaginário social de um povo.

É interessante olhar o lugar que a mulher tem em cada uma delas, muitas mitologias simplesmente desapareceram junto com seus povos da terra, outras foram suplantadas por outros povos e tradições, e outras venceram e ainda são utilizadas como uma explicação religiosa do mundo, como por exemplo, uma tradição dominante no ocidente, a judaico-cristã.

Segundo Borges apud Pimentel (2008), um mito fundador, não é um produto cultural, pela simples razão de que ele é, e só ele é, é a semente de toda cultura possível. O historiador entende a Bíblia como mito fundador da civilização ocidental que está no fundo de toda a nossa compreensão de nós mesmos, e de todas as possibilidades de ação.

Do lado de nossa herança religiosa, a história narrada sobre a presença e participação da mulher no processo geral da “formação da humanidade” é de um peso constrangedor: o mito judaico-cristão imputa à mulher “os males do mundo”. O erro de uma mulher - Eva - justificaria a confirmação do caráter fraco, esquivo e sibilino de todas as mulheres, com sua conseqüente suspeição eterna e generalizada. (Borges, 2008, p.28)

A construção da identidade da cultura ocidental está influenciada por dois sustentáculos da cultura, a cultura judaico-cristã e a greco-romana. Em relação ao lugar da mulher no processo geral de formação da humanidade existe uma formulação e interpretação negativas. Primeiramente, o mito judaico-cristão, no qual existe o “erro de Eva”, que seria responsável pelos “males do mundo”. A ela de forma generalizada a

todas as mulheres do mundo, seriam atribuídas características como o caráter fraco, obscuro, enigmático, entre outras.

A mulher passou a ser tida como a responsável de todo sofrimento humano, e responsável por todo o sofrimento que a espécie humana passa para se reproduzir. Do erro da mulher original as mulheres recebem o peso de um erro a carregar. Ela foi a responsável pelo fim do Paraíso na Terra.

No século V, temos a tragédia *Agâmenon* narrada por Esquilo, na qual no fim da tragédia o rei era morto pela rainha, que havia se casado com outro, ela vingou a morte da filha, que foi oferecida em sacrifício pelo pai aos deuses. Essa tragédia foi reescrita mais duas vezes nas próximas gerações por Sófocles e Eurípedes, com o título de *Electra*, ao contrário da primeira versão contada por Esquilo, nestas outras duas versões o fim das mulheres em geral é trágico, com suas mortes executadas por homens. Essas versões sem dúvida estão marcadas pelo peso da tradição patriarcal, no qual o futuro das mulheres está sempre determinado pela ideologia do patriarcado.

Esses exemplos colaboram para o entendimento de que a construção da identidade de homens e mulheres tem sido ao longo do tempo construída pela interpretação que foi realizada sobre a cultura, contada e escrita majoritariamente por homens e que por ser social passa constantemente por um processo de afirmação e ou mudança.

3 Teorias sobre a Opressão de Gênero e o Movimento Feminista

Este debate é mais indicado para os alunos (as) do terceiro ano. Uma das principais bandeiras feministas consiste em exigir igualdade e outra consiste em afirmar a diferença. Iguais, porém diferentes. Essa é uma discussão de fundo, não se pode garantir direitos iguais, ou mesmo tratamento igual para lidar com diferenças culturais históricas, pois estas geram diferenças que necessitam ser reconhecidas e em alguns casos respeitadas. O feminismo tem promovido esse ponto de vista.

É importante observar que existem vários tipos de feminismo. Essas diferenças estão explícitas quando se analisa as diversas explicações ou diferentes abordagens para a opressão de gênero na sociedade. Primeiramente, a palavra “gênero”, não é um consenso entre as feministas. O termo pretende sair do determinismo biológico e colocar homem e mulher em identidade relacional, como constructo social. As

feministas marxistas, por exemplo, explicam a desigualdade entre sexos, através de uma opressão econômica que além da questão de classe está ligada ao sexo de cada pessoa. Essa opressão gera uma divisão de tarefa chamada de divisão sexual do trabalho que daria origem a uma forma de opressão particular das mulheres dentro do capitalismo.

Existem dois focos centrais do debate do feminismo, um anterior aos anos 70, que procura explicar as causas da opressão, com teorias como a do patriarcado, esse período é conhecido como a modernidade do feminismo, e como tem crítica o fato de ele incorrer no essencialismo, ao tentar buscar uma origem para a opressão. Um segundo momento é posterior a década de 70 do século XX, tem uma mudança de enfoque de mulher no singular, para mulheres no plural, neste momento é introduzido a categoria gênero, e as teorizações passam a ocorrer através da dicotomia sexo/gênero.

Podemos identificar as principais correntes que estiveram presentes no movimento feminista: feminismo liberal e feminismo socialista e radical.

Segundo Conceição (2009) pode-se falar em três correntes teóricas sobre o gênero, a dos Teóricos (as) do patriarcado, a elaborada pelas feministas marxistas e as teorias psicanalíticas de matriz pós-estruturalista e anglo-saxônica

4 Uma reflexão sobre a prática docente no ensino de gênero

Este item consiste em uma reflexão sobre a prática docente com o ensino de gênero, as dificuldades encontradas no trabalho de transposição de relações baseadas no preconceito e na tradição e na relação com a instituição escolar.

É importante salientar que através da educação os alunos (as), utilizem esse aprendizado para repensar e construir valores de igualdade e respeito entre homens e mulheres na sociedade.

Planos de aula, currículo, metodologias e vivências é a realidade de quem tem trabalhado para incluir e manter a categoria gênero enquanto ferramenta teórica para o ensino aprendizagem. Ela é uma prioridade a partir do momento que o processo educativo pode evitar e combater opressões, alvo de disputas, no entanto, parece ser um conceito consolidado no meio acadêmico. Promover a historicização e a desnaturalização da desigualdade existente entre homens e mulheres só tem á contribuir para a desmistificação e superação dessa desigualdade. A escola tem se tornado uma peça chave nesse processo de conscientização.

O estudo da categoria de gênero na escola tem revelado três aspectos: um de que é uma categoria inquietante, pois coloca-nos frente a frente com questões cotidianas tidas como naturais; de que é uma categoria altamente desmistificadora, pois traz a necessidade de historicizar as questões de gênero tirando-as o véu de sagradas ou naturais e por último, é uma categoria reconstrutora, porque coloca em outro patamar de entendimento das relações humanas, livrando-nos da ideologia cotidiana e propondo uma postura diferente frente a realidade.

Existe uma tendência da estudantada quando se depara com a proposta do estudo e debate do tema, a naturalizar as relações de gênero, a final de contas para quê discutir as relações de mulheres e homens na sociedade, é possível dizer sem incorrer em erro que parteda turma argumenta que há uma relação de igualdade de gênero, porque as mulheres hoje podem fazer quase tudo que os homens fazem e faziam, então para quê discutir essa questão.

Esses argumentos sintetizam uma resistência ao olhar crítico, o que consiste em defender que vivemos em uma sociedade moderna, e que, portanto, as desigualdades existentes nas relações de gênero, já haviam sido superadas pela presente geração, ou seja, consiste em dizer que a mulher já conquistou seu espaço na sociedade. Isso é uma negação da desigualdade.

Para trazer luz a realidade, cabe à professor (a) problematizar. A desnaturalização das relações de gênero resulta de um processo de identificação dos elementos da desigualdade, que estão presentes e são ensinados desde a infância, como, por exemplo, nas cores pré-estabelecidas para cada sexo, nos brinquedos, nas roupas, na sexualidade, enfim, no comportamento. A verdade é que as fronteiras entre o feminino e o masculino são construídas desde a infância, por isso é possível falar no lugar da mulher e no lugar do homem na sociedade. Não há somente, uma diferença estritamente biológica entre os sexos, há uma diferença cultural, portanto construída socialmente.

Karl Marx (1848, p.200) em sua celebre frase, falou “os indivíduos fazem sua própria história, mas não a fazem como gostariam, não a fazem sobre circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas ou transmitidas pelo passado”. Por isso é importante salientar, que em nossas relações de gênero, assim como em todas as relações de poder existentes na sociedade, possuímos o poder da mudança, mas paira sobre as relações do presente o peso do passado, que pode ser reconhecido através da análise de nossas estruturas sociais, e principalmente, de nossa cultura.

A escola tem uma tarefa particularmente importante na vida de um indivíduo, porque é nela que são experimentadas as primeiras vivências em grupo ou coletivas, onde se estabelece nitidamente a diferença entre eu e o outro. E também na qual se está em construção a diferença entre os diferentes sexos.

Nas aulas de sociologia tem sido possível pensar uma forma de abordar o tema gênero nos três anos do Ensino Médio de forma planejada e articulada com a realidade. A final de contas, qual a contribuição da sociologia, se não pensar as relações sociais do seu tempo.

Estudar relações de gênero significa entrar em um tema polêmico, que perpassa e é construído por diferentes instituições sociais, e, mesmo, entre estas instituições é tratada de diferentes maneiras. A sociedade está em disputa, e por isso está permanentemente em disputa o papel da mulher e do homem. A família, a religião, a escola e instituições políticas irão contribuir de forma decisiva para a formação e até mesmo a reprodução da ideia do que é ser mulher e homem na sociedade. Nossa vida está inteiramente entrecruzada pela concepção de gênero proveniente destes meios. A escola é uma instituição educativa que tem o papel de discutir democraticamente essas questões.

A categoria de gênero na escola constitui-se enquanto tema transversal, que exige uma reflexão do docente desde o jardim de infância até as últimas séries do Ensino Médio. A verdade é que os professores consciente ou inconscientemente trabalham as relações de gênero. Isto está explícito, na medida, em que são transmitidos valores, ensina-se a lidar com o próprio corpo, construímos sonhos e ideais. E depois da família, a escola tem sido por excelência o lugar em que se constroem um quadro de referência na constituição cultural e de valores.

Conclusão

A pesquisa cumpriu seu objetivo na medida que sistematizou os principais temas que estão presentes no currículo de sociologia do ensino médio sobre gênero. Os métodos pedagógicos utilizados para a aplicação do currículo foram proveitosos para o processo de reflexão e reveladores. Destaco algumas dessas discussões, entre os alunos (as). Os grupos de discussão em sala de aula possibilitaram compreender que as relações de gênero estão contidas e sendo reproduzidas em brincadeiras inocentes de infância, como por exemplo, "brincar de casinha". Que as denominações pejorativas muito comuns na adolescência

podem ser machistas, e ter uma grande conotação de poder. Pois perpetuam a relação de dominação sobre o corpo e a identidade da mulher.

O processo de ensino/aprendizagem nos fez refletir sobre o papel subserviente das mães no trabalho doméstico e a falta de responsabilidade dos filhos com este trabalho, quando pensam que este trabalho não é de sua responsabilidade.

A opressão vai sendo desmascarada aos poucos, com os exemplos em situações cotidianas, até chegar a discussões sobre a hipererotização e coisificação do corpo da mulher em propagandas de cerveja e na venda de sua imagem em inúmeros comerciais. Pode-se perceber que, na atualidade, a imagem da mulher oscila entre dois polos: o sagrado e o profano. O sagrado é o papel da mãe, associado diretamente ao cuidado ao carinho, ao papel das mulheres da família ao qual não pode ser permitido o sexo fácil. E o profano às mulheres de “vida fácil”, prostitutas e, em última instância, as mulheres que não são do nosso meio familiar, e que por isso, podem ser facilmente erotizadas, como as mulheres de capa de revista. Para desmistificar e desnaturalizar as relações de gênero contidas no nosso cotidiano, arraigadas em nossas concepções é necessário ultrapassar nosso pensamento dicotômico que dividem as mulheres entre santas e putas.

Esse exercício de reflexão amparado na história e nos conceitos e temas que a sociologia nos fornecem tem mostrado muito eficiente para trabalhar com o o (a) aluno (a) enquanto sujeitos históricos, em um exercício de reflexão para que se entendam enquanto tal, portanto conscientes de seu papel na história. A percepção de que nossas crenças, normas, valores são socialmente construídos, e que, portanto, é na sociedade, nas instituições das quais fizemos parte, na ação pedagógica que eles devem ser pensados e até mesmo transformados. Essas características pontuadas acima, são fundamentais para que possamos promover a igualdade de gênero na sociedade. Para que se possa acabar com as formas específicas de discriminação contra a mulher, e se acabar com toda forma de opressão. A educação tem um papel central e pedagógico no fim dessa opressão.

Por fim, constatou-se: com a inclusão da discussão sobre as relações de “gênero” no currículo escolar os (as) alunos (as) passam a discutir sobre o tema e na maioria das vezes adotam uma postura crítica perante a realidade, ou seja, de desacordo com a desigualdade e opressão de “gênero”, iniciando assim um processo de conscientização sobre o assunto que reflete em suas práticas sociais, este resultado atende ao objetivo do professor (a) e contribui para um processo de transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Porto Alegre. Educação e Realidade: Porto Alegre, v20, n2, p. 9-255. Jul.dez. 1995.

ENGELS, Friedrich, *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1980.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo. 2011.

PIMENTEL, Gláucia Costa de Castro. *Narrativas Civilizatórias e a formação da mulher no Ocidente*. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Glaucia_Costa_de_Castro_Pimentel_70.pdf

SAFFIOTI, H.I.B.; ALMEIDA, S.S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade: Porto Alegre, v20, n.2, p. 9-255. Jul.dez. 1995.

VARELA. Dráuzio. *A questão do aborto*. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/mulher-2/gravidez/a-questao-do-aborto/>. Acesso em: dez. 2014.